

GESTÃO PÚBLICA

Região Carbonífera terá plano de transição energética

Governo gaúcho apresentou sua estratégia de descarbonização para o Rio Grande do Sul

O governo do Estado apresentou no início de junho a sua estratégia de descarbonização. Além do estímulo ao hidrogênio verde, há subsídio para consumidores que adotem matriz energética de fontes renováveis e incentivos fiscais para atrair e estimular novos negócios que usem

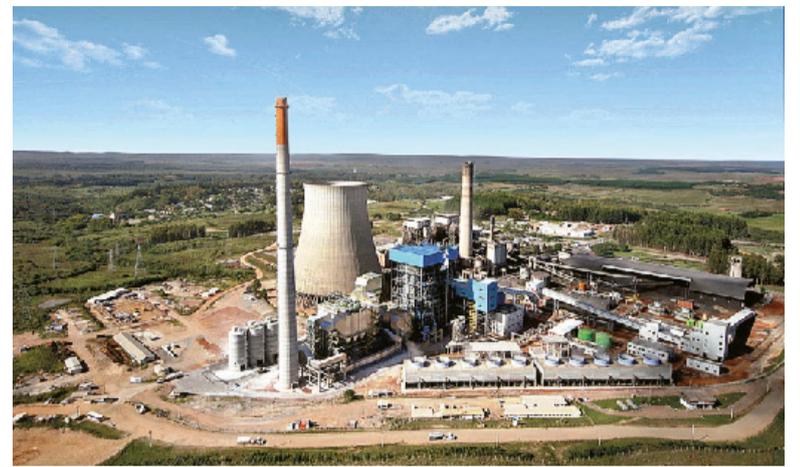
energia limpa desde o início.

Também foi tratada no evento a situação da Região Carbonífera, notadamente o município de Candiota, onde estão duas usinas termelétricas a carvão que ainda estão em operação. Pensando em uma transição energética justa, um estudo está em andamento com foco na região e deve ficar pronto ao fim deste ano.

Na defesa do governador Eduardo Leite, “a transição energética justa é aquela que

tem a preocupação de promover a descarbonização sem esquecer que há pessoas, famílias, dependentes de uma economia que se estabeleceu em outros tempos e não pode ser encerrada de forma abrupta”.

A iniciativa visa a garantir que a mudança para um modelo energético mais sustentável, com menos dependência de combustíveis fósseis, seja feita de forma justa e equitativa para as comunidades que dependem economicamente



Termelétrica Candiota 3 é uma das usinas movidas a carvão no Rio Grande do Sul

dessa indústria.

Em reunião pública em Candiota, no início de abril, houve o lançamento de uma consulta pública (com prazo até o final de maio) com o objetivo de coletar contribuições da comunidade. A oportunidade de participação popular, por meio de contribuições diretas

na formatação do plano, engloba as regiões do Estado onde a cadeia carbonífera está presente: a Campanha Gaúcha e o Baixo Jacuí. O plano está sendo elaborado pelo Consórcio Waycarbon-Centro Brasil no Clima, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

Roadmap Climático: painel avança na radiografia do Estado

O conteúdo do Roadmap Climático dos municípios gaúchos é um dos principais avanços capitaneados pelo governo do Estado um ano depois da enchente histórica de maio de 2024, conforme a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

Trata-se de uma plataforma digital, lançada em novembro, que oportuniza um diagnóstico detalhado das ações climáticas locais a fim de guiar a execução de políticas públicas futuras. A plataforma é alimentada por informações enviadas pelas Comissões Municipais

de Mudanças Climáticas instituídas. Os dados são lançados automaticamente no sistema, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e a Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE). O Roadmap Climático foi dos projetos selecionados pelo Conselho Consultivo do Future Fund, vinculado à Under2, para receber recursos internacionais. A plataforma foi desenvolvida em oito eixos: administrativo, governança,

inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), análise de riscos e vulnerabilidade, plano de ação climática, educação para a sustentabilidade, atos normativos, programas e projetos.

O conjunto de dados colhidos até aqui deixa evidente o tamanho do desafio que se tem pela frente a fim de garantir a integralidade da resiliência pretendida para o enfrentamento das mudanças climáticas. A seguir, confira alguns destaques desse levantamento, bem como outras iniciativas públicas avaliadas pela Sema como conquistas na área.

Alguns dados do Roadmap Climático (até 28 de maio de 2025)

- Do total de 497 municípios gaúchos, o painel reúne informações de 404. Destes, 384 já decretaram situação de emergência ou calamidade em decorrência de eventos climáticos nos últimos 5 anos. E 395 enfrentaram situação de emergência climática nos últimos 5 anos mesmo sem decreto.
- 287 possuem uma comissão de mudanças climáticas;
- 325 não têm conhecimento sobre o que é um inventário de gases de efeito estufa (GEE), 402 nunca realizaram inventário nem receberam capacitação para isso;
- 401 não contam com dados ou estudos sobre as projeções de mudanças climáticas para o território;
- Em 337, não foram implementadas ações específicas de adaptação para lidar com os riscos climáticos identificados;
- Apenas em 34 municípios existe política ou plano específico para lidar com os riscos e vulnerabilidades climáticas;
- 61 afirmam ter algum currículo escolar específico sobre educação ambiental e mudanças climáticas nas escolas locais;
- 369 ainda não aderiram a algum acordo ou compromisso vinculados às mudanças climáticas;
- Apenas 19 dizem desenvolver programas e projetos, em nível local, com objetivo de mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas.

Projeto Reflora

Mais de 6 mil mudas de 30 espécies florestais nativas do Rio Grande do Sul, dos biomas Pampa e Mata Atlântica, vão ser plantadas no Estado. Lançado no final de março, o projeto visa a recuperar a flora nativa afetada pelas enchentes e deve durar três anos. No primeiro ano, será realizada a identificação das árvores danificadas, o mapeamento da localização das espécies e a produção de porta-enxertos. No segundo, ocorrerá a coleta do material genético e o início do processo de enxertia e de desenvolvimento de mudas. Por fim,

no terceiro ano será realizado o plantio das mudas.

O Reflora conjuga as secretarias da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) e do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), em parceria com a CMPC, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e diversas instituições de ensino públicas e privadas gaúchas. O investimento é de R\$ 7,5 milhões (R\$ 2,86 milhões da CMPC, R\$ 2,34 milhões da Embrapii e R\$ 2,30 milhões de contrapartida econômica da UFV).

AdaptaCidades

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul deverá contar com o maior número de cidades contempladas no AdaptaCidades, uma iniciativa do Programa Cidades Verdes Resilientes, anunciada em fevereiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e apoio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e Cidades. Na prática, as capacitações chegariam a mais de 40% dos municípios gaúchos. Segundo Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), cerca de metade das associações manifestou interesse em aderir, enquanto a outra metade ainda não respondeu formalmente – e estão sendo contatadas novamente. O prazo para envio dos termos municipais de adesão assinados é até 15 de junho. As capacitações ocorrerão pelo período de três anos.

O Plano Rio Grande e o meio ambiente

Confira os projetos voltados a uma melhor preparação para futuros eventos climáticos e o seu status um ano após a enchente:

- Desassoreamento dos rios (eixo 1): R\$ 300 milhões (em andamento);
- Dragagem das hidrovias: R\$ 731 milhões (em andamento);
- Recuperação e manutenção da rede de estações hidrometeorológicas: R\$ 1,2 milhão (em andamento);
- Serviço de radar meteorológico: R\$ 25,94

- milhões (em operação);
- Três novos radares: R\$ 186,5 milhões (em contratação);
- Revisão dos planos diretores de municípios afetados pelas águas: R\$ 3,1 milhões (em andamento);
- Batimetria e topografia dos rios: 45,9 milhões (em vias de assinatura de contrato);
- Modelagem hidrodinâmica: R\$ 12,1 milhões (em vias de assinatura de contrato)
- Estação de medição da qualidade do ar: R\$ 275 mil (realizado)
- Mapeamento topográfico: Sem edital (em planejamento)